



O governo contra a ciência: anti-intelectualismo, autoritarismo e universidades públicas

Jacqueline Sinhoretto¹

Resumo: O texto propõe breve descrição e análise de desafios políticos enfrentados pela produção científica, em especial das ciências sociais, diante do crescimento da contraposição à ciência e o avanço destrutivo do autoritarismo governamental sobre a liberdade acadêmica e a autonomia universitária no Brasil. O objetivo é descrever mudanças recentes na política educacional e na política científica que ameaçam as condições de desenvolvimento da pesquisa em ciências sociais.

Palavras-chave: Autoritarismo. Democracia. Universidades. Conhecimento. Bolsonarismo.

Governing against science: anti-intellectualism, authoritarianism and public universities

Abstract: The text proposes a brief description and analysis of political challenges to scientific production, especially in social sciences, framed by the growth of opposition to science and the destructive advance of governmental authoritarianism over academic freedom and university autonomy in Brazil. The objective is to describe recent changes in educational policy and scientific policy threatening the development conditions of social sciences research.

Keywords: Authoritarianism. Democracy. Universities. Knowledge. Bolsonarism.

¹ Professora da Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Sociologia, desde 2009. Coordena o Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos – GEVAC UFSCar. É doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2007), onde também cursou o Mestrado (2001) na mesma área. Tem experiência de pesquisa nos temas: administração institucional de conflitos, acesso à justiça, violência, segurança pública, policiamento, sistema de justiça, prisões, controle estatal do crime. É pesquisadora do INCT Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos e Bolsista de Produtividade 1C do CNPq. São Carlos, jacsin@ufscar.br, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8718-779X>



Comemorar os dez anos da revista *Áskesis* é uma vitória, pois ela significa a continuidade de um projeto intelectual coletivo afirmado sobre premissas que têm sido duramente questionadas nos últimos cinco anos. Garantir um espaço de difusão da produção acadêmica qualificada produzida pela pós-graduação em Sociologia vai além de equacionar os problemas financeiros que afetaram as políticas de ensino superior no Brasil desde 2016.

A celebração passa por registrar diferentes desafios enfrentados pela equipe editorial, como a redução draconiana do financiamento da pós-graduação. Mas exige também o inventário de desafios políticos mais abrangentes, como o crescimento da contraposição à ciência e o avanço destrutivo do autoritarismo sobre a liberdade acadêmica e a autonomia universitária.

O objetivo deste texto é rememorar traços fundamentais da política educacional que tornaram possível a criação da revista e apontar as mudanças de contexto ocorridas nesta década, que ameaçam não apenas a continuidade das revistas acadêmicas, mas a própria pesquisa em ciências sociais. E, no limite, a própria vida.

A *Áskesis* surgiu na esteira de uma reforma universitária que envolveu o investimento no sistema público federal, a ampliação de vagas na pós-graduação, mediante a abertura de novas universidades, *campi* e cursos, a adoção do programa de ação afirmativa para a igualdade racial, o estímulo à internacionalização da pesquisa e da experiência dos estudantes, o investimento em ciência e tecnologia, a implementação de políticas públicas baseadas em parcerias entre universidade, governo e sociedade civil. Entre 2007 e 2015 a pós-graduação viveu um momento de crescimento e entusiasmo. E, como nem sempre acontece em períodos de expansão das vagas, o aumento do investimento significou diversificação da composição demográfica dos cientistas sociais, dos temas de pesquisa e das formas de pesquisar (SINHORETTO, 2021).

A década do entusiasmo foi lastreada pela conjunção de investimentos políticos na universidade pública que antecederam a sua expansão. Entre 1985 e 2016, o Brasil viveu o período de democratização política e social mais aprofundado, e nele as universidades públicas voltaram a ser ambiente de crítica social e, sobretudo, o lugar de formulação e avaliação de políticas públicas que nortearam a transformação do Estado autoritário. Avanços da cidadania foram conquistados em saúde, educação, proteção da infância, redução de desigualdades econômicas, raciais e de gênero, combate à fome, agricultura familiar, convertendo-se em políticas públicas lastreadas em conhecimento de tecnologias sociais produzidas pelas universidades em relação com os movimentos sociais. Algumas dessas tecnologias sociais convertidas em ação de governo se tornaram a marca de um país que passou a conquistar respeito internacional pela capacidade de formular soluções para problemas sociais complexos.



Isso não significa dizer que todos os problemas tenham sido resolvidos, apenas considerar que a universidade, mesmo tendo convivido com precariedade, ausência de investimentos, elitização, foi revalorizada pelas políticas dos governos democráticos. A conquista da autonomia universitária como um dos pilares do Estado democrático, incluída na Constituição de 1988 não se fez sem conflitos, mas dela decorreu uma liberdade acadêmica de crítica e formulação de proposições.

O balanço do período democrático requer considerar que avançar na conquista de políticas de cidadania não se faz sem embates, sem erros e fracassos. Porém, um dos passos importantes para a universidade manter-se um ator importante das tecnologias sociais democráticas foi sua progressiva legitimação como instância de formulação e avaliação de políticas públicas, setor em que as ciências humanas sempre foram um celeiro de quadros técnicos, políticos e intelectuais. Essa proximidade das universidades públicas com a política foi construída simultaneamente à preservação da atividade do pensamento e do ensino superior de ingerências diretas dos poderes políticos. Os professores das universidades públicas asseguraram sua posição como funcionários públicos, que dispõem de estabilidade funcional e garantias trabalhistas, que sempre asseguraram a possibilidade de dedicação integral à pesquisa, docência e extensão universitária, mesmo nos períodos em que os salários foram desvalorizados.

A legitimação do saber universitário fez parte do espírito democrático das últimas décadas, formando tanto os técnicos dos governos quanto os militantes dos movimentos sociais, quadros de partidos políticos de diferentes orientações. Enquanto ocorria essa legitimação social, a autonomia universitária também foi uma conquista, com o desenvolvimento da avaliação dos cursos com a participação da comunidade acadêmica, adoção crescente de mecanismos de avaliação por pares nas publicações e fontes de fomento, processos participativos de gestão tanto no interior das universidades (eleições paritárias, conselhos com ampla representação dos segmentos da universidade), como nas agências de fomento e gestão.

Também no período democrático, o financiamento público da ciência e tecnologia foi crescente, especialmente nos anos 2000. Mesmo com críticas ao produtivismo, ao peso das avaliações quantitativas de produção, ao predomínio da avaliação das ciências duras sobre as ciências sociais, houve conquista de maior espaço para as carreiras femininas nas ciências (TUESTA et al., 2019) e diversificação das origens sociais dos universitários, apesar de não terem sido superadas as desigualdades. Essa diversificação aprofundou-se após 2008, com a introdução por lei da ação afirmativa mediante a reserva de vagas para estudantes oriundos da escola pública, com garantia de cotas étnico-raciais. Certamente foi o maior passo já dado para a inclusão de estudantes negros e indígenas nas universidades, pois a ação afirmativa aconteceu no momento da ampliação de vagas pelo programa REUNI.



O Brasil multiplicou a formação de doutores em todas as áreas. O fomento federal à pesquisa passou a incluir critérios como desenvolvimento regional e desconcentração dos recursos para redes com diversidade institucional e regional. De fato, não se tratava apenas de democratizar o acesso para estudantes, mas também de promover uma política de estímulo a novos centros e lideranças, modificando as relações de poder no interior do campo científico. Isto tornou o sistema mais competitivo e, simultaneamente, democrático, por facilitar o desenvolvimento de carreiras de pesquisadores fora das redes de prestígio mais tradicionais. Isto beneficiou nitidamente as carreiras femininas, como demonstram os dados sobre o crescimento das publicações científicas (BOLZANI, 2017).

E foi nesse momento de entusiasmo que a revista *Áskesis* se tornou um projeto viável. A produção veiculada pela revista serve como um retrato dos debates políticos sobre igualdade, diferenças, ampliação da visibilidade social de públicos historicamente silenciados, os rumos do desenvolvimento nacional, os desafios da cidadania em escala global, as crises humanitárias e a desigualdade na vivência da violência. Se a produção acadêmica pode ser vista como um inventário de problemas sociais não resolvidos, ela é fruto de uma liberdade de pensamento e autonomia universitária construídos pela luta democrática.

Ocorre que essas transformações modificaram a dinâmica da universidade pública, mas continuou a expansão do sistema privado de ensino, cujos parâmetros são bem menos rigorosos. Se o sistema privado, impulsionado por programas como o FIES e o PROUNI, tornou o sonho do diploma universitário mais acessível às classes populares, isto se deu por meio de ensino massificado. E este fator contribuiu para que, mesmo entre os diplomados, se formasse uma base social crítica à universidade pública, sensível às propostas de restrição orçamentária e austeridade no setor da educação.

1. Retirar o dinheiro e a credibilidade

As políticas governamentais de austeridade implementadas pelo governo de Michel Temer (2016-2018) coincidiram com uma mudança de humor da opinião pública em relação às universidades, fomentada por uma campanha de difamação estimulada pela ultradireita. A ocupação do espaço comunicacional por uma profusão de discursos de ódio contra as bases do regime democrático vem sendo estudada pelas ciências sociais como fenômeno de ascensão da nova direita, especialmente após a visibilidade de novos discursos e atores políticos que se fortaleceram após 2013.

Ao lado do surgimento de novas formas de representação – tanto à direita quanto à esquerda – a profusão das mídias digitais propiciou veículos



de transmissão do discurso em segmentos, redes fechadas, circuitos restritos de informação, que favorecem a disseminação de notícias falsas ou versões falseadas, comentários agressivos e discursos de insulto. Não apenas surgiram novos atores, mas também novas formas de comunicar o discurso. E esse novo deu impulso, no caso da ascendente direita, à revigoração de um quadro de valores reacionário e à reativação de estereótipos que haviam sido criticados pelas forças democráticas.

Embora o início do ciclo de ascensão da ultradireita seja anterior à eleição de Jair Bolsonaro, sua comunicação política é toda organizada para fortalecer os nós da opinião reacionária. Juntamente ao ódio aos direitos humanos, o ataque às universidades e à ciência são tópicos muito presentes nesse discurso, fortemente antiintelectualista.

O exemplo do movimento antivacina é eloquente. Num país que tem um sistema de vacinação consolidado, que alia pesquisa de vacinas, barateamento dos custos de produção e capacidade de promover campanhas de abrangência nacional, a proliferação de discursos antipáticos às vacinas acendeu o alerta a mudanças do cenário das percepções. De oposição à medicalização da vida, crítica ao poder da indústria farmacêutica a discursos religiosos radicais, os argumentos antivacina curiosamente simulam o discurso científico para difundir a desconfiança sobre sua efetividade ou sobre os riscos. O tópico mais popular, anteriormente à pandemia da COVID-19, vinculava vacinas ao autismo.

Trata-se de um tema não político em sua aparência, que se difunde por meio da transmissão de informações imprecisas sobre dados de pesquisa fragmentados, que parecem comprovar cientificamente uma tese não discutida nos meios profissionais dos cientistas. Em 2019, portanto antes da discussão sobre as vacinas contra o coronavírus, cientistas já estavam investigando o impacto do universo simbólico antivacina na redução dos indicadores de vacinação no Brasil. O caso mais crítico era o de reações adversas muito frequentes à vacina contra o HPV num grupo populacional delimitado. Jovens do Acre manifestaram reações alérgicas de larga escala após tomar a vacina, em proporção não verificada em outros grupos e localidades. O estudo concluiu que se tratava de efeitos psicossomáticos da intensa campanha antivacina, num tema que envolve a sexualidade feminina das adolescentes (ESTUDO conclui..., 2019).

Ao mesmo tempo em que existe a popularização de argumentos científicos, circulam os saberes pseudocientíficos. Concepções como o terraplanismo difundem narrativas sobre o formato do planeta, o vínculo do autismo com a vacinação em geral, o questionamento da existência de mudanças climáticas provocadas pelo uso desmedido de combustíveis fósseis. Narrativas semelhantes difundem a estereotipia de que as políticas públicas de prevenção da violência oferecem “flores aos bandidos” ou que metodologias educacionais de viés crítico produzam anomia social.



Terraplanismo e antivacina dividem o mesmo terreno do ataque às ciências sociais, à pedagogia de Paulo Freire e ao trabalho crítico dos professores da educação básica, a oposição aos direitos humanos. São diferentes formas de minar as bases dos consensos democráticos e esvaziar a autoridade do discurso baseado em evidências, induzindo a necessidade de controle político ideológico da ciência e da educação.

O movimento de ultradireita “Escola Sem Partido” introduziu no ambiente escolar conflitos com conteúdos das ciências sociais e da filosofia, buscando interditar a circulação de saberes mediante o constrangimento dos professores (MIGUEL; OLIVEIRA, 2021), por meio de filmagens e exposição nas redes sociais, seja por parte dos estudantes ou de visitas de políticos locais de ultradireita a escolas.

Além de conteúdos ligados a direitos humanos e respeito às diferenças, a educação sexual nas escolas passou a ser frontalmente atacada, inclusive com a criação de *fake news* sobre qualidades imorais do material didático utilizado.

O movimento que notabilizou vários políticos de ultradireita dissemina a imagem da escola como um espaço de perigo à saúde física e mental de crianças e jovens, um lugar moralmente degradado que necessita da vigilância de pais e dos políticos ligados ao movimento. A figura do professor, especialmente das disciplinas de Humanidades, é interpretada por meio do perigo da doutrinação comunista, da “ideologia de gênero” que promoveria a “conversão” à homossexualidade.

É interessante notar como essa visão de ultradireita rivaliza até mesmo com o discurso da direita tradicional que vê a educação como chave para o sucesso individual, rivalizando, é claro, com a visão da esquerda de que a educação é o caminho do desenvolvimento econômico e social. Portanto, a escola, em diferentes correntes, foi no período democrático um consenso discursivo (LIMA, 2021).

Assim, o ataque às universidades é parte de um contexto maior de desacreditação dos princípios da educação pública adotados no período democrático. “Escola Sem Partido” é parte do movimento autoritário, com expressão religiosa e partidária mediante a ação de deputados e vereadores - os principais expoentes do movimento.

Dizendo-se contrário à ideologia política nas escolas, especialmente “ideologia de gênero”, toma o conteúdo reflexivo e crítico como expressão de “comunismo”, recuperando vocabulário e quadro mental dos discursos ocidentais da Guerra Fria nos anos 1950. No presente, o adversário da “guerra cultural” não é mais o sistema soviético, mas a China, país que superou a liderança econômica dos EUA em 2021.

O movimento faz ataque deliberado à liberdade de cátedra, pretendendo exercer um controle direto sobre os conteúdos ensinados nas salas de aula pelos professores, além da vigilância de sua expressão política fora da escola.



O caráter reacionário do “Escola Sem Partido” volta-se aos conteúdos ligados à democracia, participação social e direitos humanos trabalhados como transversais nas diferentes disciplinas, como previu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ensinados pelos professores de Humanidades. Considera a legislação do período democrático como responsável pelo que acreditam ser uma decadência moral dos valores da família, contudo reagem a uma mudança cultural bem mais profunda expressada por uma geração inteiramente nascida após as reformas democratizantes dos anos 90 no Brasil. É nas universidades, de fato, que a afirmação do feminismo e da luta LGBTQIAP+ produziu mais avanços na mudança dos papéis tradicionais de gênero e sexualidade. A mudança comportamental das novas gerações é visível e está lastreada numa longa luta contra a violência de gênero, trote homofóbico, violência nas festas universitárias, assédio sexual e privilégio branco. O choque geracional, que assusta os pais, foi canalizado pela ultradireita como acusação contra a escola e os professores de promover uma revolução da sexualidade. Felizmente essa mudança é muito mais ampla do que a escola, e a contestação dos papéis e normas tradicionais pelas gerações mais jovens está longe de ser silenciada pela existência do “Escola Sem Partido”.

A aversão antiintelectualista que caracteriza o ressurgimento autoritário do presente concebe escolas e universidades como o espaço primordial do conflito por serem sede do ensino de teorias de pensamento crítico. O ensino de direitos humanos sempre sofreu esse tipo de reação em escolas e universidades, contudo, o contexto democrático jogava a favor de um pensamento crítico e as resistências eram menos organizadas do que agora.

2. A universidade refém numa guerra cultural

Após a eleição de Jair Bolsonaro (2019-) à Presidência da República o que era um movimento de reação torna-se política pública. Aquilo que, a partir de 2016, começou a figurar-se como ataque morais a alguns professores, como foi o caso de Débora Diniz e de Luiz Felipe Miguel e mais de 30 casos semelhantes monitorados pela rede internacional *Scholars at Risk*, passou a uma fase institucional, comprometendo de forma consistente a proteção da liberdade acadêmica no Brasil (Scholars at Risk, 2019; AMEAÇADA de morte..., 2018; MEC quer..., 2018; UNB defende..., 2018).

No plano econômico, os cortes drásticos no setor de educação e cultura configuraram uma realidade de veto velado a projetos. Na esteira do discurso de austeridade, muitos editais tiveram a divulgação do resultado retardada. A análise por pares e a escolha de projetos por critérios técnicos passaram pelo filtro da viabilidade econômica, um segundo filtro, obscuro e de critérios pouco claros, muito suscetível à influência dos dirigentes dos órgãos de fomento. A competição por dinheiro se acirrou, o que aumentou as práticas



de defesa interna de grupos no meio acadêmico.

A austeridade foi imposta de fora, mas toda forma drástica de corte coloca problemas políticos aos sistemas de classificação de projetos: uma coisa é compor uma hierarquização onde o estrato mais bem avaliado se beneficia, o que significa contemplar diferentes grupos e linhas no interior do mesmo campo. Outra coisa bem diferente é precisar escolher apenas um.

Nesse dilema, o sistema de avaliação por pares sofreu um achatamento, o que praticamente eliminou seu potencial de democratização e transparência no acesso aos recursos de financiamento de projetos nos setores de educação, ciência e tecnologia e cultura. A tendência, num cenário de austeridade rigorosa, é dar dinheiro a quem já tem dinheiro e resultados. Nos formulários de avaliação das agências de fomento, perguntas sobre internacionalização da pesquisa dificultaram o sucesso de projetos propostos por programas mais novos e menos vinculados a redes de prestígio, assim como o estabelecimento de áreas prioritárias de pesquisa materializou a pouca importância dada às humanidades em geral, tendo inclusive sido excluída de editais em 2019.

O Ministério da Educação foi ocupado inicialmente por professor da Escola de Comando do Exército, que ficou 97 dias no cargo, criando muitas manchetes polêmicas, mas pouco resultado prático. Foi substituído por Abraham Weintraub, que fazia parte da equipe da Casa Civil, como especialista em Previdência, após fazer carreira no mercado financeiro, ligado a bancos e corretoras. Professor da Unifesp, conduziu uma gestão controversa, na qual o ressentimento pessoal contra as universidades públicas se transformou em portarias, decretos e projetos de lei. O ministro discursou diariamente contra as universidades públicas, utilizando conteúdos falsos e fazendo afirmações genéricas, contrariando os indicadores de produção e avaliação.

Weintraub foi o chefe de um sistema público de ensino que declarava seu desprezo pelas universidades federais, desmerecendo os resultados coletivos das instituições que deveria coordenar e promover, e praticando o insulto moral contra os professores.

Seu discurso de preferência pelas instituições privadas refletiu a influência política da irmã do Ministro da Fazenda Paulo Guedes, a presidente da associação das instituições de ensino privado. Em dezembro de 2019, assumiu a presidência da CAPES um professor oriundo de uma instituição privada, cristã protestante, sem histórico relevante de participação nos sistemas de avaliação existentes até então. Assim foi o perfil das indicações nas instâncias do ministério e agências a ela ligadas.

Um dos primeiros atos do Ministro da Educação foi contingenciar o recurso das federais. Naquele momento usou o termo “balbúrdia” para classificar as atividades das universidades, numa indicação de que os cortes tinham menos um fundamento fiscal e poderiam ser sentidos como punições à falta de alinhamento das reitorias às novas diretrizes federais.

No mesmo momento, uma campanha de difamação das universidades



começou a circular pelas redes de *Whatsapp*, com imagens com pessoas nuas, especialmente mulheres, realizando atividades como protestos ou apresentações performáticas. Algumas imagens não eram do Brasil e ajudavam a construir a mensagem de imoralidade predominante nas universidades, onde nudez e drogas seriam elementos cotidianos da perversão dos jovens.

As declarações do ministro iam na mesma linha, com comentários desinformados sobre a jornada de trabalho dos professores, plantações de maconha nos *campi* universitários e laboratórios de refino de cocaína. Imoralidade, perversão sexual e drogas foram elementos frequentes acionados pela campanha de poluição da imagem do sistema federal de ensino.

Esses ataques diretos produziram reação, com grandes manifestações em defesa da educação entre maio e agosto de 2019. As passeatas volumosas ocorreram em mais de 200 cidades brasileiras, com efeito importante na opinião pública, quando houve a primeira queda significativa da popularidade do presidente.

O setor de educação ainda enfrentou uma nova reforma da previdência, que tornou mais difícil a aposentadoria e reduziu a parcela do rendimento, aumentando a dependência dos funcionários públicos do MEC em relação à previdência privada. Foram enviadas ao congresso propostas que retiram a estabilidade funcional dos professores, abolem o regime de dedicação exclusiva, o que reduziria os salários significativamente e afetaria a liberdade de pensamento. Propostas que não foram seriamente acolhidas pelo Congresso, mas que serviram para bombardear o ambiente universitário de notícias negativas diárias.

A violação da autonomia universitária se tornou ainda mais concreta para as universidades que tiveram reitores nomeados em desacordo com a lista tríplice elaborada por voto da comunidade universitária. O governo Bolsonaro nomeou o último colocado nas listas tríplices em várias universidades e institutos. Isto nunca tinha sido feito no período democrático, quando tinha se tornado prática o governo nomear o primeiro colocado da lista, escolhido em consultas internas. Não existe eleição direta para reitor, mas a prática de nomear o primeiro colocado conferia legitimidade ao candidato mais votado. Bolsonaro tornou prática a ingerência política e criou incertezas na vida administrativa das universidades. Uma ação judicial levou a decisão ao Supremo Tribunal Federal, onde foram concedidas liminares para determinar a posse do mais votado. Contudo, na medida em que a legislação regulamenta o direito do presidente de escolher qualquer nome da lista tríplice, isto foi reconhecido como legal. Não obstante, houve insegurança jurídica nas consultas públicas e as nomeações feitas pela presidência da República demonstram a disposição de contrariar a comunidade universitária, rejeitando suas escolhas e nomeando reitores politicamente fracos no interior de suas instituições.

Quanto à CAPES, a falta de confiança e apoio da comunidade acadêmica a seus dirigentes deu ensejo também a impasses jurídicos sobre a avaliação da



pós-graduação. Todo o sistema de avaliação – e por decorrência, a distribuição dos recursos – mobiliza um grande contingente de assessores, membros dos próprios programas de pós-graduação que trabalham sobre as fichas de avaliação e aplicam os critérios desenhados pelos comitês de avaliação. Uma ação judicial foi impetrada em 2021 contra a diretoria da CAPES devido à inclusão de critérios já durante o processo de avaliação. Até o momento, a avaliação do último quadriênio está suspensa e pesa a dúvida sobre o processo de avaliação, o que é péssimo do ponto de vista da estabilidade e confiança dos programas de pós-graduação.

Ciência e tecnologia também tiveram cortes muito importantes, que inviabilizaram os programas em funcionamento, além de episódios de nomeações controversas. O ministro Marcos Pontes, famoso por ter sido o primeiro astronauta brasileiro numa missão junto à NASA, não teve força política nenhuma para reverter os cortes de sua pasta. As bolsas pagas pelo CNPq chegaram a ser suspensas. Todos os meses circulam notícias de que não há dinheiro em caixa para os pagamentos. Os bolsistas vivem em tensão permanente, ao lado dos muitos não bolsistas, o que tem prejudicado a dedicação exclusiva à pesquisa, pois é necessário encontrar fontes de renda fora da pesquisa acadêmica.

Os impactos sobre a produção científica nacional têm sido noticiados com frequência pelos jornais, especialmente as pesquisas na área da saúde têm sido destacadas como perdas decorrentes do corte de orçamento (CALIMAN, 2019; CORTE de bolsas..., 2019; JUCÁ, 2019). Foi com este ambiente deprimido que a ciência brasileira se deparou com o desafio da pandemia de COVID-19, em março de 2020.

O projeto de confrontamento da comunidade científica se traduziu em intervenção direta do governo nos órgãos de produção de indicadores sociais, ambientais e estatísticas. A demissão do presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE é emblemática, tendo ocorrido após a divulgação de um relatório sobre o crescimento do desmatamento da Amazônia e suas consequências para as mudanças climáticas. O governo quis censurar a divulgação dos dados sobre o crescimento das queimadas e o presidente do órgão fez importante defesa de sua independência na imprensa (PONTES, 2019).

O Ministro da Fazenda propôs cortes no questionário do Censo a ser aplicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, numa atitude de intervenção não vista durante os governos democráticos. O impacto da redução do questionário do censo é a interrupção da produção de dados socioeconômicos importantes para medir o desempenho econômico do governo e as desigualdades que reduz ou aumenta (BERTONI, 2019).

Pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz também foi censurada, com a recusa de publicação de relatório, por contrariar a visão dos integrantes do governo sobre o uso de drogas (CAMPOS, 2021). Segundo a pesquisa, menos



de 10% da população teve contato ou faz uso constante de drogas ilícitas, tendo havido aumento discreto no consumo de álcool. Todo o discurso do Secretário Nacional Antidrogas - Senad, Osmar Terra, se ampara no alarmismo da “epidemia de drogas” no país. O secretário é notório defensor da internação compulsória em “comunidades terapêuticas” ligadas às igrejas evangélicas. A pesquisa não teve seus resultados divulgados pelo governo.

Durante os dois primeiros anos do governo Bolsonaro, a sequência diária de notícias negativas para as áreas de educação e ciência foi constante, com a profusão de portarias e decretos visando retirar a autonomia universitária e reduzir o investimento público nas universidades e centros de pesquisa. Tem se jogado um jogo de nervos, que cria insegurança e instabilidade e prejudica a liberdade acadêmica na medida em que dados de pesquisa são censurados, bases de dados são descontinuadas e cria-se um tumulto constante na gestão das universidades e demais órgãos.

Então, no início de 2020 chega a pandemia de COVID-19, demandando enorme esforço da pesquisa científica, ao mesmo tempo em que suspende as atividades presenciais das universidades, em virtude da necessidade de distanciamento social.

O que tinha sido o predomínio de antiintelectualismo e ataque moral aos produtores da ciência e da educação superior, passa ao nível de negacionismo deliberado por parte do governo federal. Uma história trágica, que foi contada em detalhes pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, a CPI da COVID-19, que acusou 78 pessoas pelo cometimento de crimes que impediram a ação do governo federal para o controle da pandemia, incluindo Jair Bolsonaro e dois de seus filhos, mais duas empresas.

Tratou-se de desmobilizar o Ministério da Saúde na condução de medidas de distanciamento social, estimular aglomerações, incentivar a recusa ao uso de máscaras, constranger os governadores e criar óbices às políticas estaduais de controle da pandemia, recusar a compra de vacinas, superfaturar a compra de vacinas, com o recebimento de propinas, produzir a crise em Manaus, indicar o uso de cloroquina como tratamento, negar as evidências, produzir e disseminar notícias falsas sobre o vírus e sobre as vacinas, incentivar experimentos não autorizadas por comitês de ética em pesquisa, apagão de dados. Enfim, uma longa lista de ações deliberadas de negacionismo científico, enquanto o número de mortos por COVID-19 ultrapassa 670 mil no Brasil, sendo que mais de 400 mil vidas foram perdidas em 2021, quando as vacinas já estavam sendo produzidas.

3. Resistir à descivilização e valorizar a vida

O governo Bolsonaro materializou as políticas descivilizadoras da ultradireita no mundo: apoio à violência policial e liberação de armas, por



parte do presidente, seus filhos, e do Ministro da Justiça Sergio Moro, com a proposição de um pacote de leis penais extremamente duras que visam assegurar impunidade a policiais em qualquer situação, e retirada de garantias de defesa aos cidadãos comuns. Séries de discursos bizarros de ministros pautados por uma moralidade conservadora radicalizada se tornaram a regra.

As propostas do governo orientam-se pela retirada de direitos, autorização para uso de armas e violência estatal, desmantelamento do mecanismo de combate à tortura nas prisões. Todas as políticas de prevenção da violência foram desmanteladas, as políticas de direitos humanos abandonadas em favor de uma defesa tacanha de modelos de família e papéis de gênero há muito ultrapassados pelas práticas sociais. Incentivo ao desmatamento, desmantelamento do Código Florestal, afrouxamento das leis ambientais, aprovação do uso de mais de 1500 agrotóxicos proibidos em outros países. Negacionismo da ciência e total desinteresse na vida dos cidadãos brasileiros abertamente demonstrados durante a pandemia.

Trata-se de uma reversão no processo civilizador (ELIAS, 1993), com a perda de relevância da vida individual e o descontrole civil das ações do Estado e das empresas. Muito mais do que atacar as universidades federais, é negação sistemática da contribuição da ciência em todos os campos da vida social.

Que a banalização da morte seja compreendida em seus significados sistêmicos e que as comunidades universitária e científica assumam seu papel ético histórico de defesa da vida e dos direitos humanos. É o que desejo ao futuro da Áskesis.

Referências bibliográficas

AMEAÇADA de morte, defensora da legalização do aborto vai deixar o Brasil. **Hypeness**. 21 dez. 2018. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2018/12/ameacada-de-morte-ativista-defensora-do-aborto-vai-deixar-o-brasil/>. Acesso em 31 jan. 2022.

BERTONI, Estêvão. O que muda no Censo de 2020 com os cortes nos questionários. **Nexo**. 4 jul. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/07/04/O-que-muda-no-Censo-de-2020-com-os-cortes-nos-question%C3%A1rios>. Acesso em: 9 fev. 2022.

BOLZANI, Vanderlan da Silva. Mulheres na ciência: por que ainda somos tão poucas? **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 69, n. 4, p. 56-59, Oct. 2017.

CALIMAN, Adriano. Cortes no orçamento ameaçam o progresso da ciência brasileira. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 8 set. 2019. Ciência. Disponível



em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/09/cortes-no-orcamento-ameacam-o-progresso-da-ciencia-brasileira.shtml>. Acesso em 9 fev. 2022.

CAMPOS, Edemilson Antunes. A pesquisa científica em tempos sombrios: o caso da pesquisa da Fiocruz sobre o uso de drogas no Brasil e as contribuições das Ciências Humanas e Sociais. In: Lima e Oliveira (org), **A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio**. Porto Alegre, Zouk, 2021, p. 127-135.

CORTES de bolsas vão impactar em pesquisas científicas e podem afetar a economia de São Carlos. **G1**. São Carlos e Araraquara. 6 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2019/09/06/cortes-de-bolsas-vaio-impactar-em-pesquisas-cientificas-e-podem-afetar-a-economia-de-sao-carlos.ghtml>. Acesso em: 9 fev. 2022.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Formação do Estado e civilização, volume 2, São Paulo: Jorge Zahar, 1993.

ESTUDO conclui que sintomas neurológicos pós-vacina contra HPV no Acre estavam relacionados a estresse, não à vacina. **OPAS**. 29 nov. 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/29-11-2019-estudo-conclui-que-sintomas-neurolgicos-pos-vacinacao-contrahpv-no-acre> . Acesso em 31 jan. 2022.

JUCÁ, Beatriz. Cortes de verbas desmontam ciência brasileira e restringem pesquisa a mais ricos. **El país**. São Paulo. 7 set. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/03/politica/1567542296_718545.html Acesso em: 9 fev. 2022.

LIMA, Idalice R. M. Extremamente neoliberal e neoconservadora: a construção antidemocrática da educação no Brasil. In: Lima e Oliveira (org), **A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio**. Porto Alegre, Zouk, 2021.

MADEIRO, Carlos. Brasil só atinge meta de uma vacina obrigatória e peca mais em 2ª dose. **Uol**. Maceió, 8 set. 2019. Saúde. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2019/09/08/cobertura-de-vacinacao.htm> . Acesso em 31 jan. 2022.

MEC quer censurar curso da UnB sobre o golpe de 2016. **Rede Brasil Atual**. 22 fev. 2018. Educação. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2018/02/mec-quer-censurar-curso-da-unb-sobre-o-golpe-de-2016/> . Acesso em 31 jan. 2022.



MIGUEL, Luis Felipe; OLIVEIRA, Michel. O Escola Sem Partido e a emergência da direita que ousa dizer o nome. In: Lima e Oliveira (org), **A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio**. Porto Alegre, Zouk, 2021, p. 45-67.

PONTES, Nádia. "Não podemos nos calar", diz ex-diretor do Inpe. **DW Brasil**. 17 ago. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/n%C3%A3o-podemos-nos-calar-diz-ex-diretor-do-inpe-sobre-censura/a-50060602>. Acesso em: 9 fev. 2022.

SCHOLARS AT RISK. **Free to Think**, 2019. Disponível em <https://www.scholarsatrisk.org/resources/free-to-think-2019/>. Acessado em 01 mar. 2022.

SINHORETTO, Jacqueline. Liberdade acadêmica ameaçada: a ascensão da ultradireita no Brasil. In: Lima e Oliveira (org), **A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio**. Porto Alegre, Zouk, 2021, p. 107-125.

TUESTA, Esteban F.; DIGIAMPIETRI, Luciano A.; DELGADO, Karina Valdivia; MARTINS Nathália F. A.. Análise de participação das mulheres na ciência: um estudo de caso da área de Ciências Exatas e da Terra no Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 37-62, jan./abr. 2019.

UnB defende autonomia das universidades frente à censura. **Rede Brasil Atual**. 7 mar. 2018. Educação. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2018/03/unb-defende-autonomia-das-universidades-frente-a-censura/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

Como citar este ensaio:

SINHORETTO, Jacqueline. O governo contra a ciência: anti-intelectualismo, autoritarismo e universidades públicas. **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 11, n. Edição especial, p. 38-51, dezembro, 2022.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/11EE22.791>

Data de submissão do ensaio: 12/01/2022

Data da decisão editorial: 07/12/2022